

RECLAMAÇÃO Nº 38.103 - MG (2019/0162094-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECLAMANTE : ALTINO RAMALHO BRAGA JUNIOR
ADVOGADOS : GUILHERME ALBERTO MARINHO GONÇALVES - MG069316
LEONARDO AVELAR GUIMARÃES - MG106741
LUCAS AUGUSTO REIS ALBUQUERQUE - MG173469
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DAS
EXECUÇÕES PENAIS DE VARGINHA - MG
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por ALTINO RAMALHO BRAGA JUNIOR, que aponta como reclamado o JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DAS EXECUÇÕES PENAIS DE VARGINHA - MG que, nos autos da Ação Penal n.º 0003067-90.2016.8.13.0707, teria descumprido a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no RHC n.º 81.906/MG, assim ementado:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORA. DENÚNCIA. RECEBIMENTO. RESPOSTA À ACUSAÇÃO. RATIFICAÇÃO. DECISÃO NÃO FUNDAMENTADA. PRELIMINARES NÃO EXAMINADAS ADEQUADAMENTE PELO JUIZ. QUESTÕES PROCESSUAIS RELEVANTES E URGENTES. NULIDADE. PROVIMENTO.

1. Realizada após a resposta à acusação, a ratificação do recebimento da denúncia dispensa a expensão de fundamentos exaurientes e plenos, até para que não seja prejudgada a causa, mas mostra-se imprescindível a mínima referência aos argumentos naquela peça apresentados, sob pena de nulidade.

2. Hipótese em que o magistrado limitou-se a afirmar que 'o aduzido pela defesa confunde-se com o mérito' e que 'para verificar tais preliminares seria exigido deste Juízo uma análise perfunctória, o que não pode ocorrer nesta fase, já que seria adentrar em sede meritória'. Aduziu, genericamente, a ausência dos requisitos do art. 397 do Código de Processo Penal. Não se verifica, contudo, qualquer explanação concreta a demonstrar a razão de se entender que as questões confundem-se com o mérito do processo. Na verdade, a fundamentação adotada serviria para inúmeros processos criminais. A alegação de inépcia da denúncia, em especial, deve ser analisada nesse momento processual, já que inclusive fica superada com a prolação de sentença.

3. Incumbe ao magistrado enfrentar questões processuais relevantes e urgentes ao confirmar o aceite da exordial acusatória, o que não ocorreu na espécie.

4. As teses defensivas ventiladas na defesa preliminar - falta de

justa causa em relação à acusação de homicídio e à qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, bem como a inépcia quanto às qualificadoras do motivo fútil e meio cruel - devem ser ponderadas devidamente pelo magistrado singular, ao proferir novo decisum relativo ao recebimento da exordial acusatória.

5. *Recurso ordinário provido a fim de anular o processo, a partir da segunda decisão de recebimento da denúncia, devendo outra ser proferida, apreciando-se os termos da resposta escrita à acusação.*" (Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017.)

Narram os autos que em atendimento à determinação desta Corte Superior, o Juiz de primeiro grau prolatou nova decisão de recebimento da denúncia. A exordial acusatória foi rejeitada quanto às qualificadoras do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, do motivo fútil e ter sido cometido o homicídio para ocultação de outro crime. No entanto, o Magistrado rejeitou os argumentos defensivos em relação à ausência de justa causa e à inépcia da denúncia quanto à qualificadora do meio cruel.

Defende o Reclamante, em suma, que na decisão de recebimento da denúncia *"a argumentação defensiva foi novamente desprezada pelo Juízo processante de primeiro grau"* (fl. 6).

Alega a presença do *periculum in mora*, pois *"designou-se audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de junho de 2019, bem como se expediu diversas precatórias para a oitiva de testemunhas arroladas"* (fl. 7), bem como o *fumus boni iuris*, diante do recebimento da denúncia com *"argumentos lacônicos e descontextualizados"* (fl. 8)

Pede o deferimento da liminar, para que seja suspenso o andamento da ação penal, até o julgamento do mérito da presente Reclamação. No mérito, busca mais uma vez anular a decisão que recebeu a denúncia.

É o breve relatório.

Passo a decidir o pedido urgente.

Em que pesem os argumentos lançados pelo Reclamante, quanto à suspensão do andamento da ação penal, não há *periculum in mora* porque o Réu responde ao processo em liberdade e, caso reconhecida a procedência das alegações, será possível a anulação dos atos processuais eventualmente realizados, não havendo perigo de dano irreparável.

De outro lado, ausente o *fumus boni iuris* necessário à concessão do pedido liminar, mormente porque *primo ictu oculi*, a existência de novo *decisum* relativo

ao recebimento da exordial acusatória não caracteriza desrespeito à decisão proferida no RHC n.º 81.906/MG.

Ressalto que o momento processual, em que se investiga a admissibilidade da acusação, não exige total dissecação das provas colhidas, tampouco a instauração de um amplo contraditório, a fim de se proceder a um juízo definitivo sobre a verdade dos fatos. O que se busca é identificar se a denúncia está devidamente acompanhada de elementos mínimos que subsidiem a acusação.

Assim, só se pode descartar a justa causa, recusando o processamento da ação penal, quando a prova trazida pela denúncia se mostra absolutamente inapta a demonstrar o alegado. O deslinde da controvérsia deve se dar em momento próprio, qual seja, na instrução do processo, quando é assegurada a ampla defesa e o contraditório. Por ora, basta que o elemento indiciário coligido seja capaz de sustentar a versão acusatória.

Na hipótese, o Juízo Reclamado reconheceu a justa causa para a ação penal porque a denúncia encontra respaldo no material fático-probatório coligido, o qual, em juízo prelibatório, torna verossímil a acusação.

Outrossim, conforme já se manifestou esta Corte Superior de Justiça, as qualificadoras – como o emprego de meio cruel –, só podem ser excluídas quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos, o que não se observa de pronto na hipótese em exame, sob pena de invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo Reclamado, a serem prestadas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do inciso I do art. 989 do Código de Processo Civil e o inciso I do art. 188 do RISTJ.

Cite-se o Ministério Público Federal, interessado, que terá o prazo de 15 (quinze) dias para contestar, nos termos do inciso III do art. 989 do Código de Processo Civil e do inciso III do art. 188 do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora